

**DECRETO N. 394, DE 28 DE JANEIRO DE 2021**

(Decreta ponto facultativo em datas que menciona)

**O PREFEITO DE RIO VERDE**, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais etc,

E,

Considerando que o carnaval, desde a sua introdução no Brasil, através dos colonizadores portugueses, integra a história e cultura como festa popular que apresenta variedade de danças e ritmos musicais, de acordo com as diversas regiões do País, o que o faz bastante apreciado e tradicional,

Considerando que o Município, adota a mesma iniciativa do Governo Federal que, através da Portaria n. 430/2020, do Ministério da Economia, divulgou calendário de feriados nacionais e pontos facultativos nos órgãos componentes da Administração Pública Federal, dele fazendo parte o carnaval como ponto facultativo;

**POR ESTE DECRETO:**

Art. 1<sup>o</sup> – Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais, exceto nas que têm como atribuições o desenvolvimento de atividades consideradas essenciais, nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro de 2021, quando se comemora o carnaval em todo o País.



PREFEITURA DE

**RIO VERDE**

GESTÃO 2017/2020

Avenida Presidente Vargas, 3.215 - Vila Maria  
Caixa Postal 34 - CEP: 75905-900 - Rio Verde - Goiás  
Fone: (64) 3602-8000 - Fax: (64) 3602-8048  
www.rioverde.go.gov.br

-cont.Dec.394/2021.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito de Rio Verde, aos 28 de janeiro de 2021.**

**Paulo Faria do Vale**  
**PREFEITO DE RIO VERDE**

**Vinícius Fonsêca Campos**  
**PROCURADOR-GERAL**

*Eliane Moesto Campos*  
registro de firmas do arquivo  
próprio e publicado nesta secção  
taria, em 28 de janeiro de 2021  
**Eliane Moesto Campos**  
CPF 587 479 581-20  
Matricula 2207

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 31/12/2020 | Edição: 250 | Seção: 1 | Página: 39

Órgão: Ministério da Economia/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 430, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal e resolve:

Art. 1º Ficam divulgados os dias de feriados nacionais e estabelecidos os dias de ponto facultativo no ano de 2021, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

I - 1º de janeiro, Confraternização Universal (feriado nacional);

II - 15 de fevereiro, Carnaval (ponto facultativo);

III - 16 de fevereiro, Carnaval (ponto facultativo);

IV - 17 de fevereiro, quarta-feira de cinzas (ponto facultativo até as 14 horas);

V - 2 de abril, Paixão de Cristo (feriado nacional);

VI - 21 de abril, Tiradentes (feriado nacional);

VII - 1º de maio, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);

VIII - 3 de junho, Corpus Christi (ponto facultativo);

IX - 7 de setembro, Independência do Brasil (feriado nacional);

X - 12 de outubro, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);

XI - 28 de outubro, Dia do Servidor Público - art. 236 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a ser comemorado no dia 01 de novembro (ponto facultativo);

XII - 2 de novembro, Finados (feriado nacional);

XIII - 15 de novembro, Proclamação da República (feriado nacional);

XIV - 24 de dezembro, véspera de natal (ponto facultativo após às 14 horas);

XV - 25 de dezembro, Natal (feriado nacional); e

XVI - 31 de dezembro, véspera de ano novo (ponto facultativo após às 14 horas).

Art. 2º Os feriados declarados em lei estadual ou municipal de que tratam os incisos II e III do art. 1º e do art. 2º da Lei nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, serão observados pelas repartições da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, nas respectivas localidades.

Art. 3º Os dias de guarda dos credos e religiões, não relacionados nesta portaria, poderão ser compensados na forma da Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018, desde que previamente autorizados pelo responsável pela unidade administrativa do exercício do servidor.

Art. 4º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 5º É vedado aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal antecipar ou postergar ponto facultativo em discordância com o que dispõe esta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO PACHECO DOS GUARANYS**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Conteúdo  
acessível  
em  
formato  
acessível  
para  
leitores  
de  
tela  
ou  
dispositivos  
de  
audição  
ou  
visão